

## Adufes defende a construção coletiva de uma política de segurança para a Ufes

Episódios recentes envolvendo estudantes, a guarda patrimonial e a Polícia Militar no campus de Goiabeiras, em Vitória, reacenderam o debate sobre a política de segurança na Ufes. Este debate toca em temas como tráfico e uso de drogas no campus, assaltos, furtos, depredação do patrimônio público, manifestações estudantis consideradas radicais, uso de força e violência contra as manifestações sociais, falta de disciplina e respeito com os professores, pouco diálogo da gestão da universidade, entre outros pontos.

Se por um lado a pluralidade de questões indica a complexidade do assunto, por outro demonstra a necessidade de considerar as diferentes perspectivas sob o risco de reduzir nossa capacidade de analisar o problema. E, por conseguinte, de propor ações mais eficazes para lidar com ele. Ainda que estas diferentes questões componham a temática da segurança na universidade, destacamos que algumas são distintas em suas causas, efeitos e possíveis soluções.

Mesmo sem apoiar atos de depredação do patrimônio público, destacamos que misturar a depredação do patrimônio decorrente de manifestações reivindicatórias, com a resultante da criminalidade urbana pode produzir soluções ineficazes para lidar tanto com um, quanto com o outro problema. Da mesma forma, desconsiderar



Foto: Rodrigo Paiva

Estudantes da USP em confronto com a tropa de choque da Polícia Militar durante manifestação no campus, em 2012.

as especificidades entre o uso e o tráfico de drogas pode fazer com que abordemos uma questão de saúde como questão de polícia e segurança de forma indistinta.

**Fragilidade.** A intensidade com que as questões de segurança emergiram nos diferentes espaços da universidade foi resultado tanto da gravidade dos fatos, quanto de sua recorrência. Isto aponta para a fragilidade da política de segurança que tem sido utilizada pelas últimas administrações para lidar com um problema que recentemente tornou-se mais complexo e mais presente na Ufes.

Em decorrência dessa fragilidade e da ausência de uma proposta mais apropriada frente aos desafios que se colocam nesta área, constata-se que muitas ações empreendidas pela gestão são ora insuficientes, ora arbitrárias, produzindo um cenário que propicia a emergência de ações

violentas. O que está em jogo é a pequena capacidade dos gestores em lidar com os conflitos internos sem que se fira a autonomia universitária.

**Política de segurança deve respeitar os princípios da autonomia universitária.** Diante da gravidade da situação, a Adufes exige que a administração da Ufes convoque a comunidade acadêmica para debater e construir uma política de segurança que seja coletiva, transparente, democrática e efetiva. Uma política que contemple as especificidades da instituição e respeite o princípio da autonomia universitária garantido pela Constituição.

**Debate livre e aberto.** Considerando-se que um dos pilares de uma universidade pública e socialmente referenciada, como a que defendemos, é o livre debate de ideias e a diversidade de posicionamentos políticos e

epistemológicos, afirmamos que a construção dessa política não pode se restringir aos espaços instituídos de representação, tais como os conselhos superiores da universidade.

Por afetar cada um de nós, reafirmamos que essa construção deva ocorrer com a participação direta da comunidade acadêmica e de outros grupos sociais relacionados à universidade e à temática. Não nos furtaremos a participar deste debate e continuaremos defendendo os princípios democráticos, de não violência e de defesa irrestrita da vida. Sim, continuaremos denunciando quando qualquer um desses princípios for violentado.

Para a Adufes, é dever da administração desta universidade zelar pelo patrimônio público e, sobretudo, pela proteção das vidas que circulam pelos espaços universitários.

Visita da  
Ebserh ao Hucam  
provoca polêmica

Projeto de Lei do governo  
desvaloriza carreira  
docente

Tradicional Festa  
do Dia do Professor é  
sucesso de público

# Privatização do Hucam avança

A reitoria da Ufes age na surdina quando se trata do hospital-escola. Os técnicos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), criada pelo governo para gerir os hospitais universitários (HUs), visitaram o Hucam no final de setembro. Saíram dizendo que falta tudo no Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes, conhecido como Hucam, em Vitória.

Após a visita, um grupo de servidores foi chamado no auditório do hospital, porém o encontro não teve a presença do corpo docente e discente. A convocação, segundo informações, foi feita em cima da hora, mais ou menos uma hora após o término da visita técnica.

Os trabalhadores foram informados que o processo de adesão à Ebserh obedece cinco passos. A visita seria segundo o deles. O primeiro “abraço” à Ebserh ocorreu em junho, quando o Conselho Universitário aprovou resolução autorizando a Ufes a encaminhar procedimentos visando estudos de viabilidade da transferência. O processo, no entanto, se deu sem debate com a sociedade e usuários do hospital.

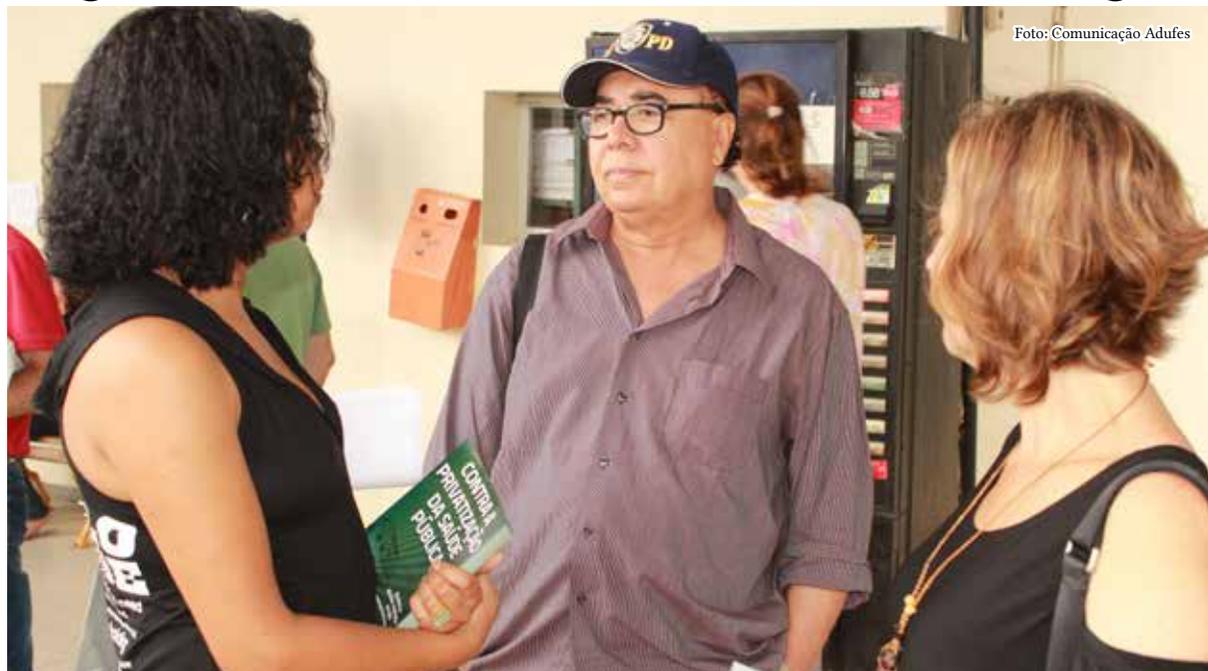


Foto: Comunicação Adufes

Dia Nacional de Luta Contra a Privatização dos Hospitais Universitários, em 03/10, foi marcado por panfletagem no Hospital das Clínicas.

## Nova visita da Ebserh.

De acordo com a Ufes, haverá ainda o agendamento de visitas setoriais, sem data definida. A partir deste diagnóstico é que será formulado um plano de reestruturação física, tecnológica e de recursos humanos e uma proposta de modelo de gestão administrativo-financeiro e clínico para o Hucam.

Todos os levantamentos e proposições, metas e condições contratuais, segundo a Ufes, serão submetidos ao Conselho Universitário. A Universidade disse também que durante a

visita à unidade, os técnicos da Ebserh foram acompanhados por representantes da instituição e do Hucam. A reunião, de acordo com a Ufes, foi realizada com todos os chefes de serviço.

## Privatização disfarçada.

A reitoria, no entanto, não diz que a Ebserh é uma privatização disfarçada. Segundo funcionários do Hucam, o diretor da Ebserh, Celso Araújo, chegou a fazer uma explanação sobre gastos e teria deixado claro que não haverá nenhum concurso para os HUs. No

entender dele, a única saída para a contratação de mais pessoal seria através da nova gestão. De forma irônica ainda teria dito que “tem cochichos por aí dizendo que é a privatização. Mas não é!”

Todavia, a Adufes e o Fórum Capixaba em Defesa da Saúde sabem que a Ebserh significa quebra da autonomia universitária, contratação de funcionários através da CLT e não por concurso público, precarização das condições de trabalho, além do fim do atendimento 100% SUS.

## Movimentos mantêm críticas à Ebserh

Os docentes, técnico-administrativos e estudantes da Ufes têm se mobilizado pela não implementação da Ebserh no Hospital Universitário (Hucam). Nos últimos meses ocorreram protestos, seminário, panfletagens, e outras atividades em defesa do hospital-escola.

No mês passado foi criado o Fórum Capixaba em Defesa da Saúde Pública que vem denun-

ciando os processos de entrega da gestão de todos os recursos e serviços dos hospitais Dório Silva, São Lucas e do Hucam para fundações, organizações sociais e empresas públicas de direito privado.

**SUS: uma conquista histórica dos usuários/trabalhadores.** De acordo com o Fórum, o Sistema Único de Saúde (SUS) é o reconhecimento da saúde

como direito, uma conquista do cidadão e dever do Estado. Um bem público que não pode e não deve ficar nas mãos de empresários e do setor privado. Se isso ocorrer há o risco do direito à vida ser submetido à lógica dos lucros.

O Fórum destaca em panfleto que “estamos assistindo o desmonte do SUS” e que a entrega da gestão das unida-

des de saúde e seu patrimônio (equipamentos, trabalhadores e os recursos públicos) à iniciativa privada é uma forma mascarada de privatização. “O Hucam é um hospital de alta complexidade. O seu objetivo não é o lucro, mas preservar a vida. O que o hospital precisa é de investimentos”, diz a diretora da Adufes Maria Daniela Corrêa de Macedo.

# Docentes permanecem em luta pela reestruturação da carreira docente

Os professores decidiram que irão permanecer firmes contra os ataques à educação pública, agora materializados em torno do Projeto de Lei 4368/12. Fruto de acordo firmado com um sindicato governista, o PL traz retrocessos por desestruturar a carreira, retirar direitos e ampliar o ataque à autonomia universitária.

O PL 4368/12 tem pontos que serão de responsabilidade do MEC, mas não explica como será isso. Por exemplo, no regime de DE poderá ser admitida a percepção de Retribuição por Projetos Institucionais de Pesquisa, Extensão e Gratificação de Atividade de Preceptor, com recursos próprios a ser disciplinado pelo MEC no prazo de 180 dias contados a partir da publicação desta Lei. Ou seja, o governo quer que se assine um “cheque em branco”.

Não há menção de data-base para os professores, o que significa que os docentes



Foto: Comunicação Adufes

Professores e técnico-administrativos realizam manifestação na Av. Fernando Ferrari por melhores condições de trabalho.

continuam à mercê da boa-vontade do governo para ter qualquer reajuste. O último foi 4% e mesmo assim foi pago após dois anos sem aumento. Até o fechamento desta edição, o PL que trata da carreira docente ainda tramitava no Congresso Nacional.

## Sucateamento do ensino.

Durante a greve, os professores mostraram para a sociedade a situação precária

do ensino superior no Brasil. Denunciaram o sucateamento das universidades e a falsa propaganda de melhorias no setor. “O processo de precarização da carreira docente é decorrente de uma política federal que prioriza o pagamento da dívida externa em detrimento das políticas sociais, como é o caso da educação”, diz Rocha.

Ele lembra que o Programa de Apoio a Planos de Reestru-

turação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), aumentou significativamente a oferta de vagas nas universidades sem que houvesse nenhum tipo de planejamento. “Não é apenas o professor que sofre com essa expansão. Os alunos também convivem com a falta de bibliotecas, laboratórios, restaurantes universitários, entre outras dificuldades”, lembra o presidente da Adufes.

## Contraproposta apresentada pelo Andes-SN preserva natureza do trabalho acadêmico

Pela contraproposta enviada ao governo, o sindicato nacional concordou com o piso e teto propostos para o início da carreira do professor graduado em 20 horas de R\$ 2.018,77. Também aceitou reduzir os degraus entre níveis remuneratórios de 5% para 4%.

De acordo com o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, o aumento proposto não garante a reposição das perdas salariais. “Além disso, o PL do governo não faz menção às condições de trabalho nas universidades e muito menos à reestrutura-

ção da carreira”, esclarece. Na avaliação de Rocha, a proposta do governo supervaloriza o produtivismo e desconsidera totalmente as inadequadas condições vivenciadas pelos docentes.

## Docentes destacam importância de Grupos de Trabalho para manutenção de estado de mobilização.

Com a suspensão da greve, a categoria decidiu fortalecer os Grupos de Trabalho (GT`s) que são espaços de discussões dentro da Adufes. Um GT, inclusive, ficará responsável pela análise do Projeto de Lei (PL 4368/2012)



Foto: Comunicação Adufes

Suspensão da greve foi aprovada, mas docentes continuam mobilizados.

que trata da carreira docente.

Para Helder Gomes, professor do Departamento de Economia da Ufes, o movimento unificado da educação deu passos importantes. “Suspender

a greve não significa recuar, mas avançar em outro patamar. Vamos manter a luta nas atividades acadêmicas e mostrar que a greve é um instrumento legítimo”, ressalta.

## Longe das salas de aula, professores têm dia de festa

Sucesso é pouco para definir o que foi a Festa dos Professores, promovida pela Adufes em São Mateus (17/10), Vitória (19/10) e Alegre (23/10). A comemoração pelo Dia do Professor teve muita música, alegria, prêmios e reencontro com amigos de profissão.

Os professores esbanjavam energia e animação em uma data tão especial e significativa para todos. A categoria e seus convidados foram recebidos em grande estilo, em cerimoniais com boa comida, bebida e shows musicais. Em

São Mateus e Alegre a animação ficou por conta de Di Moraes e Banda. Já em Vitória, o evento teve o músico Marcelo Ribeiro acompanhado pela Banda B.

Durante as três festas, a equipe de Comunicação da Adufes tirou foto ¼ dos docentes para confeccionar a carteirinha de associado do sindicato. Tudo sem nenhum custo.

Quem não fez a foto deve providenciar uma. É só passar na Adufes para tirar a fotografia na Assessoria de Comunicação. A carteirinha será entregue em breve.



Foto: Comunicação Adufes

Tradicional Festa do Professor foi sucesso de público.

## Novas carteiras da Unimed

Os associados e seus dependentes que contam com Plano de Saúde Vitóriamed ou Unimed – Uniplan - já podem retirar as carteiras da Unimed atualizadas na sede da Adufes. As carteiras antigas venceram em 30/05 e 30/09. Procure carregar sua carteira Unimed atualizada.

## NOTÍCIAS DO JURÍDICO

### Adicional por tempo de serviço para aposentado

A Justiça determinou que a Ufes abstenha-se de descontar valores referentes ao adicional nos vencimentos de um professor

a título de reposição ao erário. A condenação prevê que a universidade restitua os valores já descontados, com juros e correção mone-

tária. A Justiça entendeu, ainda, que o Adicional de Tempo de Serviço concedido ao professor em 1989 tem que ser mantido

no mesmo percentual. A decisão, no entanto, não é definitiva. A medida pode ser alvo de recurso por parte da Ufes.

### Cardiopatia grave é motivo para isenção do IR

A Justiça Federal julgou procedente o pedido de isenção de Imposto de Renda a um professor aposentado que sofre de cardiopatia grave. O docente relatou que desconto é elevado em seus proventos,

o que acarreta em prejuízos para toda a família. Daí, por força da legislação fiscal, pediu isenção.

A controvérsia do caso ocorreu em torno da perícia médica, que alegou ausência da doença. Ao mesmo tempo, a análise técnica concluiu que

o docente sofre de “doença arterial coronariana obstrutiva revascularizada”, que possui “gravidade clínica” e que “irá necessitar de tratamento médico e uso de medicamentos permanentemente”.

A Justiça entendeu que pelo fato do aposentado usar

sete medicamentos/ dia, ter quatro pontes de safena, e se movimentar com dificuldade, a cardiopatia pode ser classificada como grave. A restituição será retroativa, pois o mesmo já era portador da moléstia quando se aposentou.

## EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

AUFES - Seção Sindical do Andes - SN  
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus  
Universitário, Goiabeiras, Vitória.  
ES CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax:27. 3227.3908  
www.adufes.org.br  
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto  
presidente

Temístocles de Sousa Luz  
vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini  
tesoureiro geral

Thiago Drumond Moraes  
1º tesoureiro

Flávia Meneguelli Setubal  
secretária geral

Mariane Lima de Souza  
1ª secretária

Rafael da Silveira Gomes  
1º suplente

Bernardete Gomes Mian  
2ª suplente

Susane Petinelli Souza  
3ª suplente

Maria Daniela Corrêa de Macedo  
4ª suplente

Jornalista Responsável:

Giselle Pereira (Mtb 2644)

Vívia Fernandes (Mtb 447)

Designer Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 2.000 exemplares